

O curso de formação da fundação Pestalozzi do Brasil em 1953: discursos sobre a deficiência intelectual e a cultura escolar

Cibele Braga Ferreira Nascimento

Terapeuta Ocupacional, Mestra em Educação (Universidade do Estado do Pará). Universidade Federal do Pará, e-mail: cibeleferreira_to@hotmail.com

Laura Maria Araújo Alves

Psicóloga, Doutora em Psicologia da Educação (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Universidade Federal do Pará, e-mail: laura_alves@uol.com.br

Resumo

Objetiva-se analisar os discursos acerca da deficiência intelectual e da cultura escolar do curso de formação da Fundação Pestalozzi do Brasil no ano de 1953. A pesquisa é documental, tendo como fonte a entrevista com a Professora Blandina Alves Torres publicada no Jornal a Folha do Norte em 1954. Os dados foram analisados com base na análise do discurso de Mikhail Bakhtin (1992), utilizando a categoria rede de significados e ideologia. Encontrou-se discursos de ordem conceitual identificando a criança com deficiência intelectual como excepcional, destacando a educabilidade e integração social dos mesmos; além de se observar a cultura escolar por meio de suas práticas, organização curricular e estratégias metodológicas. Destaca-se a relevância de pesquisas em História da Educação que aborde a criança com deficiência intelectual, por meio de instituições educativas, a fim de compreender nos discursos a ideologia e a materialidade, inserida na realidade sócio-cultural e histórica.

Palavras-chave: História da Educação. Criança com Deficiência Intelectual. Fundação Pestalozzi. Discursos. Pará.

The training course of the Pestalozzi do Brasil foundation in 1953: discourses on intellectual disability and school culture

Abstract

The objective of this study is to analyze the discourses about the intellectual deficiency and the school culture of the training course of the Pestalozzi Foundation of Brazil in the year 1953. The research is documentary, having as source the interview with Professor Blandina Alves Torres published in the Jornal a Folha do North in 1954. The data were analyzed based on the discourse analysis of Mikhail Bakhtin (1992), using the category network of meanings and ideology. Conceptual discourses were identified identifying the child with intellectual disability as exceptional, highlighting the educability

and social integration of the same; Besides observing the school culture through its practices, curricular organization and methodological strategies. It is important to emphasize the relevance of research in the History of Education that addresses children with intellectual disabilities, through educational institutions, in order to understand the discourses of ideology and materiality, inserted in the socio-cultural and historical reality.

Palavras-chave: History of Education. Child with Intellectual Disability. Pestalozzi Foundation. Speeches. For.

Introdução

Segundo Ariés (1981) pode-se afirmar que a concepção de infância iniciou-se no século XIII, porém no século XVI o universo infantil ainda era bastante negligenciado, com ofertas de atendimentos precários com altos índices de mortalidade e morbidade infantil, sendo a infância representada pelo estigma da pobreza, abandono e caridade, fazendo-se emergir conceitos como: infância desvalida, infância abandonada, infância delinquente, além da categoria “menor” (SCHUELER, [s/d]).

Tais adjetivações caracterizavam as divergências e diversidades que envolviam o termo infância e, conseqüentemente, demonstravam a complexidade de iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais e desiguais da experiência humana. Dessa forma, questiono: a deficiência enquanto aspecto que evoca a diversidade humana, era contemplada? Se as crianças sem atrasos no desenvolvimento já encontravam dificuldades em acessar projetos educacionais, o que dirá das crianças com deficiência?

Segundo Ahmad (2009) a partir do século XIX e XX, a infância começa a ser reconhecida e a ocupar um lugar de destaque para a família e para a sociedade, ou seja, passou-se a reconhecer a criança não somente como um adulto em miniatura, mas como um ser humano que também necessita de cuidados e que possui direitos básicos, representando a infância como uma categoria social, construída historicamente. Se a infância passa a adotar uma importância no contexto sócio-cultural apenas no século XIX e XX, após séculos de negligência, quisá pensar sobre as crianças com deficiência, de maneira especial a com deficiência intelectual, e as suas formas de ser infante. Tais evidências apontam para a indissolubilidade do tempo histórico com os conceitos e

formas de compreensão da deficiência, com as formas de abordagem e educabilidade e de construção da sociedade, uma vez que “O conceito tem uma relação estreita com as concepções sociais, políticas, econômicas e ideais que nortearam cada período da história” (GARGHETTI; MEDEIROS; NUENBERG, 2013.p.101).

É também nos séculos XIX e XX, a partir desta concepção ampliada da infância é que surge a necessidade de expansão nas redes sociais de suporte para a educação formalizada dos mesmos. Assim, são constituídas as primeiras instituições educativas de cuidado e assistência às crianças. Sanfelice (2007.p.77) conceitua as instituições a partir de uma concepção multidirecional, pois compreende que: “uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, etc.) que agem e interagem entre si”. Assim adentrar na investigação acerca das instituições de educação de crianças, de maneira especial das com deficiência intelectual é adentrar não só uma estrutura física, mas principalmente ideológica constituída de discursos de diversas instâncias que se materializam nas práticas pedagógicas e na cultura escolar.

No Brasil as primeiras instituições surgiram na segunda metade do século XIX, atendendo crianças cegas e surdas com um ideário segregacionista. No início do século XX até meados da década de 50, se observa uma disseminação das instituições de educação especial pelo país, tal como a Fundação Pestalozzi (BUENO, 2011). O início do Movimento Pestalozziano no Brasil se deu em 1926 na cidade de Porto Alegre com a criação do Instituto Pestalozzi de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo Professor Thiago Würth e foi criado com foco no atendimento das pessoas com dificuldades de aprendizagem, sendo em 1928 fundada pelo mesmo educador a Sociedade Pedagógica Pestalozzi.

Em 1929 chega ao Brasil, a educadora russa Helena Antipoff, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, trazendo o legado de informações e aprendizagem obtido com Johann Heinrich Pestalozzi enfatizando o trabalho na reabilitação e na formação de recursos humanos no atendimento à pessoa com deficiência. Posteriormente a instituição se expandiu para outros Estados com a implantação das Associações Pestalozzi em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo e a constituição de cursos de formação para o atendimento e a educação de crianças com

deficiência intelectual. A Sociedade Pestalozzi do Brasil promovia o curso de especialização intitulado: “Educação de excepcionais retardados mentais” no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no Rio de Janeiro.

Tais cursos tinham como objetivo apresentar os fundamentos teórico-metodológicos da educação de crianças com deficiência intelectual, a partir da cultura escolar da Fundação Pestalozzi do Rio de Janeiro (capital do Brasil na época e sede promotora das formações). Na sétima edição do curso, no ano de 1953, a professora normalista Blandina Alves Torres, foi a representante do Estado do Pará.

A professora em questão era uma jovem normalista, professora paraense do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). A professora era de origem humilde, do interior do Estado, onde concluiu seu ensino fundamental. Seus pais faziam questão da continuidade dos estudos escolares e mudaram-se para a capital, Belém do Pará, a fim de oferecerem oportunidades de educação. Assim a professora deu continuidade à sua formação na educação básica, chegando ao ensino superior, concluindo a graduação pelo Núcleo Pedagógico Integrado (NPI). Devido sua origem humilde a professora via no estudo freqüente e no bom rendimento uma forma de honrar o sacrifício dos pais que abandonaram fazendas no interior para se submeter a vida paupérrima na Capital. Em decorrência do seu currículo e boas notas durante a graduação, foi publicamente premiada, sendo um dos prêmios a nomeação para professora na cadeira do Estado. Devido sua juventude, disposição e competência, foi indicada pela Secretaria de Educação e Cultura para estudar na capital brasileira, na época o Rio de Janeiro, na sétima edição do curso da Sociedade Pestalozzi, no ano de 1953.

Após a conclusão do curso a referida professora retorna à capital Paraense e é entrevistada pelo Jornal a Folha do Norte, em Janeiro de 1954, onde descreve o que viveu nos cursos de formação, destacando em seu discurso a concepção ideológica, organizacional e operacional da instituição. Assim, este estudo objetiva analisar o discurso educacional no Curso de Formação da Sociedade Pestalozzi do Brasil acerca da criança com deficiência intelectual e da cultura escolar da fundação, a partir da entrevista histórica da Prof. Blandina Torres ao jornal “A Folha do Norte” em 1954.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009.p. 2) destacam a relevância das pesquisas do tipo documental ao afirmarem que: “o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar [...] possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”.

A fonte utilizada nessa pesquisa foi a entrevista da professora Blandina Alves ao Jornal a Folha do Norte de 04 de Janeiro de 1954, encontrada no acervo de microfilmados do Centro Cultural Trancredo Neves (CENTUR) em Belém, Pará, Brasil.

Utilizou-se a análise do discurso tendo como base a leitura Bakhtiniana, pois Mikhail Bakhtin (1992) compreende que os discursos não podem ser deslocados dos sujeitos, ou seja, para se compreender os significados do discurso de alguém se faz necessário compreender quem é este alguém, que contextos sócio-culturais os mesmos frequentam e que ideologias os constituem, uma vez que não há texto sem contexto, não há produção teórica sem que esta esteja entrelaçada com a vida. A partir da leitura Bakhtiniana optei por trabalhar com as categorias ideologia e rede de significados, a fim de compreender os processos constituídos sócio-culturalmente nas e por meio da interação mútua existente entre contexto-sujeito, uma vez que: “A perspectiva da rede de significações propõe que o desenvolvimento humano se dá dentro de processos complexos, imerso em uma malha de elementos de natureza semiótica” (ALVES, 2005.p. 200)

A análise do discurso me permitiu construir categorias, a saber: Deficiência Intelectual, Ideologia e Rede de significados e A cultura escolar no curso de formação da Fundação Pestalozzi do Brasil. Assim, a seguir será transcrito o texto da entrevista da Professora Blandina Alves, realizada ao Jornal a Folha do Norte, de modo a facilitar o entendimento aos leitores, seguida do debate e discussão nas categorias de análise suscitadas.

FOLHA DO NORTE

4 de Janeiro de 1954

CENTRO ÚTIL DE FORMAÇÃO A SOC. PESTALOZZI DO BRASIL

Como se trabalha nos seus cursos- não temos aqui ambiente técnico-psicológico - fala à FOLHA uma bolsista, professora paraense do INEP.

De magníficos resultados não apenas para o ensino primário, mas as professoras na sua formação técnica, iniciativa do Instituto Nacional de Ensino Pedagógico relacionada com a concessão de bolsas de estudo a regentes.

Designada pela Secretaria de Educação e Cultura , lá estive como portadora de uma bolsa, a jovem normalista Blandina Alves Tôrres, pertencente ao magistério público da capital, e que há poucos dias regressou da capital federal. Decidimos ouvi-la a respeito do que faz naquela instituição nacional e, **a distinta mestra, que é um espírito inteligente e vivo**, recebeu felizmente o jornalista, dizendo-lhe de início:

- **Sou-lhe grata** pela oportunidade que me oferece de falar a respeito dos cursos que frequêntei. **O primeiro- Recreação Infantil- tem como base a psicologia da criança**, desenvolvendo-lhe os sentidos através de programa servido por museus escolares, como se deve organizá-lo em uma escola e sua importância para os discentes. Além disso, **folclore brasileiro e desenho**, que é muito interessante. **Aprende-se técnica desconhecida aplicável na recreação dos alunos**. São magníficas as organizações a Sociedade Pestalozzi do Brasil. Recreia-se o espírito infantil com jogos variados, que se podem aplicar perfeitamente aqui. **A parte mais intensa é a dos trabalhos manuais**. Os alunos **eram divididos em equipes**, tal o seu número, procedentes de quase todos os Estados, e eu estive entre bolsistas patrícios e pessoas que aproveitavam as férias cariocas e fluminenses, para fazer o curso. **O teatrinho infantil** é de indiscutível utilidade em uma escola com o emprego de marionetes e fantoches. A duração do curso é de um mês intensíssimo, isto é, de julho à 1º de agosto.

-Essa é a etapa inicial?

- Sim, a segunda é a mais trabalhosa e aproveitável e para ela obtive a bolsa. É o curso de **orientação psico-pedagógico**, o 7º levado a efeito pela Escola Pestalozzi, organização que acolhe os **menos favorecidos espiritualmente, os anormais que, pela sua insuficiência mental, são chamados excepcionais**. Tiveram, os bolsistas contato direto com eles, principalmente no terreno escolar, **estudando-lhes as dignidades para efeito de método de ensino a ser empregado**. É todo fundamentado em psicologia intuitiva da criança e do adolescente, e em estudo, que só pode ser ligeiro, das deficiências ou distúrbios da linguagem.

-Diante disso professora,o que dizer da instrução primária daqui e de outros centros brasileiros?

- Os nossos defeitos professor, resultam disso: **não temos ambiente técnico-pedagógico, equipe organizada e pronta para atender a casos que se manifestem comumente nas casas de ensino**. Mas, continuávamos, além disso, **moças fazem estágio familiarizando-se, nas turmas especiais**, mediante curso de aprendizagem, com menores e adultos divididos em três grupos: **crianças, adolescentes e adultos**. **A base é o trabalho manual, o ensino é vivo, e a criança tem a**

possibilidade de conhecer a motivação. Para os maiores, **o artesanato é que é a oficina. Até os retardados por força da comunidade produzem.**

De mistura dessa motivação do estágio recebíamos outras vocações, como disciplina indispensável na melhor compreensão do problema que se estava encarando, **elementos da psico-terapia e psiquiatria.** Minha impressão foi ótima. **Lá há de tudo, inclusive recurso para corrigir distúrbios mentais, sociológico, educacional e técnicos.**

Sociedade Pestalozzi do Brasil onde passei horas aproveitáveis, **é ambiente, pobre em que mais se remedeia e mais se cria do que se adquire. O próprio material é feito pelos alunos e professores. Não há riqueza, não há pompa, mas simplicidade no corpo docente.** Todos **trabalham no horário integral das 8h as 18horas, estimulando os bolsistas.** O curso é interessante e poderá ser mais útil se feito em menos tempo. A exigüidade reduz a utilidade dos resultados.

Deficiência intelectual, ideologia e rede de significados

Para Bakhtin “o sujeito é essencialmente histórico. Sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo. A narrativa do sujeito é um recorte das representações de um tempo histórico ou de um espaço social bem definido” (ALVES, 2000.p. 211), portanto no discurso divulgado no jornal é evidente a concepção de deficiência intelectual entendida e trabalhada na Fundação Pestalozzi do Brasil, porém tais discursos só podem ser compreendidos á luz do seu tempo, de modo a não se fazer interpretações e/ou inferências anacrônicas, bem como deve se ter claro que tais discursos tem um caráter ideológico.

Para Bakhtin (1992) a concepção de ideologia foge da lógica de uma consciência individual e de algo posto e determinado, pelo contrário é um processo histórico de (re)construção coletiva, a partir da confrontação entre algo **estável e instável.** Assim compreendo que a forma de compreender, nomear, conceituar e classificar a deficiência e de maneira especial a intelectual parte de uma concepção ideológica, uma vez que é (re)pensada por um grupo social determinado (estudiosos sobre a deficiência e pessoas envolvidas afetivamente com esse fato como pais e responsáveis) que no momento constante da confrontação entre o que é estável (a própria condição da deficiência) e o instável (a leitura de mundo e as diferentes bases teórico-filosóficas) que sustentam o discurso da deficiência, engendram nova consciência coletiva.

De modo a tornar claro tal entendimento, basta nos reportarmos a própria conceituação da deficiência intelectual que à medida que os séculos se passaram também foi se reconfigurando e sendo representada e conceituada de forma diversa:

nas sociedades primitivas e na antiguidade a criança com deficiência era fadada à morte como forma de controle social em resposta à não adequação à estrutura socioeconômica; na Idade Média já passa a ser compreendida como pessoas com alma, porém eram frequentemente associadas às possessões, sendo posteriormente reconhecida como uma condição de saúde e que exigia, portanto, cuidados assistenciais, fazendo surgir o interesse da medicina e de outras ciências constituindo as primeiras instituições de amparo e cuidado. Na modernidade advêm grandes pensadores que passam a reconhecer a deficiência como uma questão sócio-histórica, além de elaborarem os primeiros ensaios de abordagem teórico-metodológica, chegando na contemporaneidade a ser grande investimento de intelectuais com o desejo de elaboração de técnicas pedagógico-assistenciais bem como de analisar e debater uma história oculta (MAZZOTTA, 2011; RODRIGUES, 2008; VICTOR ET AL, 2012).

Essa breve síntese da abordagem da criança com deficiência intelectual só pode ser compreendida à luz do seu tempo e a partir de uma leitura sócio-histórica e constitui a ideologia, pois esta “é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados” (MIOTELLO, 2008. p. 176). Tais evidências apontam para a indissolubilidade do tempo histórico com os conceitos e formas de compreensão da deficiência, com as formas de abordagem e educabilidade e de construção da sociedade, uma vez que “O conceito tem uma relação estreita com as concepções sociais, políticas, econômicas e ideais que nortearam cada período da história” (GARGHETTI; MEDEIROS; NUENBERG, 2013.p.101), ou seja, o conceito está intimamente relacionado à ideologia.

Dessa forma a criança com deficiência intelectual é identificada pela Fundação Pestalozzi como: “**menos favorecidos espiritualmente, os anormais que, pela sua insuficiência mental, são chamados excepcionais**”. Em uma única frase esta infância é adjetivada de quatro formas diferentes, todas com significados próprios que constituem a rede da compreensão da deficiência intelectual.

A primeira expressão “*menos favorecidos espiritualmente*”, traz a palavra espiritualidade como base, sendo esta compreendida não somente como uma relação com algo transcendental ou com entidades superiores, como se compreendia na

antiguidade (a deficiência como consequência da ausência da espiritualidade e/ou religiosidade; como castigo divino pelas transgressões do homem), mas também compreendida como sentido de vida, pois como afirma Portal (2004.p.69) “espiritualidade como um sentido mais amplo da vida que contempla **amor, reverência e confiança**”.

O autor defende o sentido do **amor** quando aborda a disponibilidade para estar com o outro, abrindo-se a conhecer novas pessoas, um amor inclusivo que rompe com os estigmas da incapacidade. A concepção de Portal se assemelha a própria concepção de Pestalozzi que tinha como base do seu fazer pedagógico o amor, também influenciado por princípios cristãos (BORGES, [s/d]). Pestalozzi entendia que a criança se desenvolve de dentro para fora, ou seja, se opunha à concepção de que a função do ensino é preenchê-la de informação. Para o educador, um dos cuidados principais do professor seria de acompanhar de maneira atenciosa os estágios de desenvolvimento da criança, suas aptidões e necessidades, de acordo com as diferentes idades. Sendo, portanto, a função principal do ensino a de levar as crianças a desenvolverem suas habilidades naturais e inatas, sendo o amor a base de tal investimento, pois “Segundo ele, o amor deflagra o processo de auto-educação”(FERRARI, 2011. p. 1).

Para Portal (2004) a **reverência** é compreendida como o reconhecimento das próprias limitações e a tomada de decisão para superá-los, fator que fomenta o processo educativo para pessoas com deficiência por compreender que limitação e/ou dificuldade funcional não deve ser agente de estagnação, ao contrário deve ser agente motivador e de superação, pois como afirma Vygotsky (apud VITOR, 2012. p. 144): “não se deve perceber na criança com deficiência apenas o defeito, os ‘gramas’ de doença e não se notar os ‘quilogramas’ de saúde que a criança possui”.

A **confiança** segundo Portal (2004.p.69) é a tomada de posição no mundo por meio do envolvimento com o que se faz, sendo este também um ideário Pestalozziano, pois versa sobre o empoderar a criança com deficiência intelectual a assumir um lugar no mundo por meio do processo educativo e dos cuidados disponibilizados pela própria instituição.

Outro termo utilizado para caracterizar o sujeito em questão foi “*anormal*” que se refere diretamente a noção de normalidade que segundo Oliveira (2004) a priori trazia o

significado de perpendicularidade, referindo idéia de certa semelhança, porém a partir do século XIX a palavra normalidade se assemelhou a noção de padrão, sendo o padrão ideal definido e caracterizado pelas figuras mitológicas, portanto, tudo o que fugia ao ideal de perfeição era considerado padrão de anormalidade. Assim aqueles que fogem a normalidade, como o são as crianças com deficiência, são os excluídos pelos ideais eugenistas de todos os direitos e serviços, incluindo a educação. As ideias eugenistas persistiram no século XX, ao ponto de se terem intelectuais que defendiam o controle de natalidade com fins da preservação social, autorizando o Estado a matar os indesejados socialmente tais como os “pobres, sífilíticos, epilépticos, dipsomaníacos, aleijados, criminosos e degenerados” (DAVIS, 2006.p. 8), ou seja, as crianças com deficiência estavam inseridas na roda dos excluídos e dos condenados à morte.

Para Davis (2006.p. 3) “o ‘problema’ não é a pessoa com lesão; o problema é a maneira que a normalidade está sendo construída para criar o ‘problema’ da pessoa com deficiência”. É interessante este movimento por perceber que a pessoa com deficiência saiu da condição de negligenciada ou silenciada, para a condição de ser reconhecida, porém tratada à distância, como um verdadeiro problema, daí a preocupação inicial de acolhimento e de educação para essa infância ser assumida por instituições privadas que constituíram a educação especial fora das salas comuns.

Por fim o termo “*insuficiência mental*” abordado no discurso evidencia uma certa aproximação com o conceito de deficiência intelectual, utilizado atualmente, porém sugere alguns equívocos com a também próxima associação da deficiência intelectual com o transtorno mental, que são diferentes na sua concepção e característica. O primeiro refere-se a dificuldades de ordem funcional ocasionadas por alterações nas funções cognitivas (memória, associação, atenção, sequenciamento, entre outros), enquanto que a segunda refere alterações funcionais decorrentes de alterações psicológicas e psiquiátricas (alterações no humor, na tomada de consciência, no juízo crítico, na interação social, entre outros).

É evidente que naquele contexto histórico os estudos sobre a deficiência intelectual estavam em processo de desenvolvimento, o que justifica certa confusão de compreensão das diferenças de causalidades e consequentemente de abordagem interventiva e educacional a ser realizada, tal como se observa no seguinte relato: “[...]”

como disciplina indispensável na melhor compreensão do problema que se estava encarando elementos da psico-terapia e psiquiatria. Minha impressão foi ótima. Lá há de tudo, inclusive recurso para corrigir distúrbios mentais, sociológico, educacional e técnicos”.

Todos os três termos utilizados no discurso da professora trazem uma rede de significações complexa que determina a forma pelos quais tais crianças eram classificadas naquele respectivo contexto sócio-histórico: “excepcional”, termo inaugurado por Helena Antipoff. Porém o que esses termos evidenciam é a representação negativa que se tinha dessa infância, com conteúdos ideológicos que referendavam a improdutividade e a não educabilidade dos mesmos. Tal descrença pode ser observada no seguinte discurso: *“Até os retardados por força da comunidade produzem”.*

Assim era comum assemelhar a criança com deficiência, de maneira especial a intelectual, à improdutividade e ao não pertencimento social, resultando na exclusão das mesmas, uma vez que as “representações da deficiência (denominações e classificações, assim como suas conseqüências sobre as instituições e as práticas) é caracterizada pela assimilação da criança portadora de deficiências a uma criança mais jovem” (PLAISCANCE, 2005, p.409).

Embora a Fundação Pestalozzi nos seus cursos de formação trazer o discurso da excepcionalidade e de outras adjetivações que carregam em si um significado negativo e até certo ponto pessimista a respeito da educabilidade de crianças com deficiência intelectual, a mesma instituição mostra-se visionária e pioneira em propor uma ideologia de confronto à lógica da época, oferecendo um serviço educacional e terapêutico que não só defendia como explorava a aprendizagem e a produtividade da criança com deficiência intelectual, por meio de uma organização institucional e curricular que potencializasse a aprendizagem, por meio de estratégias e recursos lúdicos com vistas a favorecer a apropriação do conhecimento; além do movimento opositor à reclusão, pois enquanto se buscava esconder e silenciar essa infância, devido a herança histórica da segregação e em decorrência das concepções eugênicas de normalidade, a Fundação Pestalozzi priorizava a Integração educacional, a fim de construir pontes sociais para a criança com deficiência e seu entorno.

A cultura escolar no curso de formação da fundação Pestalozzi do Brasil

A professora na entrevista também descreve os cursos que participou na Fundação Pestalozzi, evidenciando a abordagem prática com que a instituição cuidava e educava a criança com deficiência intelectual, sendo tal curso de formação o embrião para a constituição de instituições educativas com este fim no Estado do Pará.

O primeiro- Recreação Infantil- tem como base a psicologia da criança, desenvolvendo-lhe os sentidos através de programa servido por museus escolares, como se deve organizá-lo em uma escola e sua importância para os discentes. Além disso, folclore brasileiro e desenho, que é muito interessante. Aprende-se técnica desconhecida aplicável na recreação dos alunos. São magníficas as organizações a Sociedade Pestalozzi do Brasil. Recreia-se o espírito infantil com jogos variados, que se podem aplicar perfeitamente aqui (FOLHA DO NORTE, 1954).

A professora inicia pelo curso de recreação infantil, destacando a base psicológica e a utilização de metodologias diversas como o desenho, teatro infantil e trabalhos manuais aplicados à realidade brasileira valendo-se do folclore, por exemplo, além da divisão de tarefas de acordo com a diferença etária dos participantes. Também há destaque no discurso da professora a utilização de técnicas antes desconhecida pela mesma no curso de orientação psico-pedagógica.

A perspectiva lúdica e interacionista defendida pela Fundação Pestalozzi em sua cultura escolar era herança de estudos de intelectuais do século XIX, que buscaram sintetizar pela primeira vez uma estrutura metodológica de compreensão e cuidado da criança com deficiência intelectual, sendo Jean-Jacques Gaspar Itard (1774-1832), médico do Instituto Nacional de Surdos- Mudos em Paris (Essa nomenclatura já foi extinta, utilizando-se apenas a palavra “Surdo”), em 1800 o primeiro a constituir um programa sistemático de Educação Especial, quando retratou o trabalho com as crianças selvagens, sendo o trabalho clássico o desenvolvido no início do século XIX, com o menino Victor de Aveyron, com quem conviveu e trabalhou por cinco anos.

Segundo Mazzotta (2011), Itard tinha uma base sensorialista, organicista e médica e compreendia que foi a carência de socialização e da educação que assemelhou a criança ao comportamento animalesco e, que portanto, um meio para a cura do comportamento animal seria a oferta das carências observadas. Assim, Itard defendia a

educabilidade, pois compreendia que o homem era reflexo daquilo que o meio o fazia ser.

Neste mesmo período, inaugurando uma leitura visionária de mundo e de direito, Johann Heinrich Pestalozzi surge, levantando a bandeira da educação pública, como direito de toda criança, inclusive das naturalmente excluídas como as advindas das classes pobres, pois compreendia que o papel da educação se inseria na formação moral, política e religiosa, a fim de produzir uma autonomia intelectual para a independência produtiva, por isso o “ensino escolar deveria propiciar o desenvolvimento de cada um em três campos: o da faculdade de conhecer, o de desenvolver habilidades manuais e o de desenvolver atitudes e valores morais” (RODRIGUES, 2008.p.14).

Destaco o Pestalozzi como intelectual que provoca na história uma reflexão: se o direito à educação é de todos os excluídos (mesmo que a priori a leitura de mundo do autor tenha se voltado para a divisão de classes), não seriam as crianças com deficiência, crianças excluídas e como tal, crianças de igual direito ao ensino público? Tal reflexão é que permite a associação deste intelectual aos movimentos de luta pelo direito da criança com deficiência, incorporando-o como ícone, colocando seu nome em um das maiores instituições de educação e cuidado de crianças com deficiência intelectual no país.

Portanto a partir das experiências e das influências ideológicas dos referidos intelectuais a educabilidade de crianças com deficiência, de maneira especial a intelectual, passa a se tornar mote e investimento de estudos e pesquisas, a partir da construção de métodos e técnicas que favorecessem a aprendizagem. Então se utilizava estratégias didáticas que pudessem motivar as crianças pelo uso da ludicidade, principalmente com o uso de cores, música, e a construção de recursos didáticos e pedagógicos, além da ideia de treinamento pedagógico sistemático (MAZZOTTA, 2011).

Percebo no discurso da professora a valorização do fazer didático da Fundação, tanto na sistematização do processo educativo quanto na fundamentação teórica escolhida, além do reconhecimento de um processo de formação técnica de base interventivo, onde os bolsistas tiveram a oportunidade de não apenas debaterem

teoricamente sobre o tema, mas de sistematizar os fundamentos teórico-metodológicos nos estágios junto as escolas onde as crianças eram educadas e cuidadas, tal como observado no seguinte trecho:

[...] curso de aprendizagem, com menores e adultos divididos em três grupos: crianças, adolescentes e adultos. A base é o trabalho manual, o ensino é vivo, e a criança tem a possibilidade de conhecer a motivação. Para os maiores, o artesanato é que é a oficina (...) (FOLHA DO NORTE, 1954).

Nesse discurso é possível perceber o destaque a professora dá à organização interna: a divisão era realizada por faixa etária (crianças, adolescentes e adultos), presumindo-se automaticamente uma específica de abordagem para cada público. Às crianças iniciava-se com o oferecimento da motivação para a aprendizagem por meio da ludicidade e para os maiores (adolescentes e adultos) nova estratégia era implantada: o artesanato assumia a função de oficina produtiva. Daí o destaque dado pela professora ao afirmar que “o ensino é vivo”, ou seja, o plano pedagógico incluía o despertar motivacional e vocacional, pautado também na lógica do trabalho tão difundida no século XX, por referendar o ideal republicano onde o cidadão era aquele que de alguma forma pela força do seu trabalho contribuía para o crescimento da nação. Portanto ao defender a integração social do deficiente intelectual a própria Fundação também referendava este ideário, afirmando a condição de cidadão da pessoa com deficiência, atrelando ao ensino as oficinas como forma de trabalho.

Faço destaque a este discurso por compreender a rede de significados de base temporal sobre o qual o mesmo é constituído, pois data-se do ano de 1954. Segundo Brasil (2008) apesar da Instituição Pestalozzi ter sido fundada no Brasil no início do século XX no ano de 1926, tal instituição se restringia a poucas cidades o que tornava a abordagem teórico-metodológica da instituição uma novidade para os jovens normalistas que faziam o referido curso, além de demonstrar que nesse período não havia nenhuma prática ou instituição educativa com estes fins na região Norte do país. Portanto, os conhecimentos apreendidos no curso foram de fundamental importância para a elaboração de um novo saber: a educação e o cuidado dos chamados retardados mentais.

Outro ponto de destaque no discurso da Professora Blandina Alves é o evidenciado no trecho: “como disciplina indispensável na melhor compreensão do problema que se estava encarando, elementos da psico-terapia e psiquiatria. Minha impressão foi ótima. Lá há de tudo, inclusive recurso para corrigir distúrbios mentais, sociológico, educacional e técnicos” (FOLHA DO NORTE, 1954).

Neste trecho fica evidente ainda uma confusão conceitual acerca da deficiência intelectual e transtorno mental, como já afirmado anteriormente, sendo este compreensível diante do tempo histórico e da produção de conhecimento sobre o tema neste período, porém o destaque a fazer se caracteriza pela organização curricular do curso de formação da Fundação Pestalozzi do Brasil que traziam em seu âmbito de discussão estudos multidisciplinares tal como noções de psiquiatria e psicoterapia. Percebe-se que a Fundação então apresenta uma característica de trabalho pautado na dimensão clínico-pedagógica, estimulando o processo de aprendizagem ao mesmo tempo em que visa a remissão e/ou ressignificação de sinais e sintomas advindos da própria deficiência intelectual que por ventura possam comprometer a educação das crianças, adotando uma abordagem habilitadora e reabilitadora simultaneamente.

Por fim a professora encerra a entrevista tornando claro nos seu discurso que embora a instituição tenha um renome nacional, desenvolva práticas inovadoras, tenha cursos de formação e seja bem organizada estrutural e funcionalmente, a instituição não possui grande investimento financeiro sendo mantida por ajudas e pelos trabalhos desenvolvidos pelos próprios sujeitos constituintes de tal prática como se observa no seguinte discurso: “é ambiente, pobre em que mais se remedeia e mais se cria do que se adquire. O próprio material é feito pelos alunos e professores. Não há riqueza, não há pompa, mas simplicidade no corpo docente. trabalham no horário integral das 8h as 18horas [...]” (FOLHA DO NORTE, 1954).

Observo que se constituiu uma rede de significados baseados em ideologias centradas na formação do sujeito, de maneira especial da criança com deficiência intelectual, por meio de uma pedagogia do amor, por meio do envolvimento e doação de si, que seja capaz de superar com alteridade as limitações impostas pela deficiência, empoderando-se de métodos, técnicas, recursos e uma base teórica consistente e diversa levando em consideração especificidades, a fim de empoderar tais sujeitos de um lugar

social que lhe é de direito e que os eduque não somente pelo viés formativo, mas também para a constituição da personalidade.

Segundo Alves (2000) a rede de significações para Bakhtin é compreendida por meio da tríade: eu-para-mim que representa como me percebo aos olhos dos outros; eu-para-os-outros que representa como os outros me veem; outro-para-mim que representa como percebo o outro. Assim a tríade auxilia a pensar e refletir sobre as bases que um determinado discurso traz, buscando trazer à consciência de quem fala, as concepções ideológicas, políticas, sociais, religiosas, econômicas, entre outras, contidas em um determinado discurso.

Tal fator me chama atenção por perceber que no encontro do eu (Blandina ao relatar sua experiência) com os outros (leitores da entrevista) houve a constituição da rede de significações. Pois foi do referido encontro do texto com o contexto de mães de crianças com deficiência intelectual e de educadores paraenses que a entrevista ecoou.

As práticas pedagógicas e formas de organização revelam a identidade institucional da Fundação Pestalozzi do Brasil, que constitui a “cultura escolar, que vai desde a história do fazer escolar, práticas e condutas, até os conteúdos, inseridos num contexto histórico que realiza os fins do ensino e produz pessoas”(OLIVEIRA; GATTI JUNIOR, 2002.p.75). Dessa forma, entendo que as redes de significados presentes tanto no conceito de deficiência intelectual quanto nas práticas pedagógicas são constituídas pelo contexto sócio-histórico, representadas pelos intelectuais, pela construção do saber sobre a deficiência, além da conjuntura política e social que formavam o emaranhado de componentes de ordem contextuais que reverberavam na construção da educação especial no Brasil, ecoando (por meio da entrevista que teve circulação regional) no Estado do Pará e servindo como fonte de inspiração para a constituição da Fundação Pestalozzi no referido Estado.

Considerações finais

Nesse estudo foi possível problematizar a infância da criança com deficiência intelectual, por meio de uma instituição educativa e de cuidado de referência, pioneira no século XX, a Fundação Pestalozzi. Como toda instituição a Fundação traz em seu corpo ideológico e prático, discursos que se materializam no fazer cotidiano de educar e

cuidar da criança com deficiência intelectual. Discursos esses propagados em sua estrutura curricular nos cursos de formação de professores acontecidos na cidade do Rio de Janeiro.

Apresento um marco histórico para a constituição da Fundação Pestalozzi no Estado do Pará a presença de uma professora normalista no curso de formação no ano de 1953, que não só viveu experiências ricas e inéditas, como também retorna à Capital com um desejo de difundir o aprendizado, e em uma entrevista faz ecoar a forma de trabalho e a concepção ideológica da Fundação Pestalozzi no Brasil.

Foi possível destacar no estudo os discursos de conceituação da deficiência intelectual, além de evidenciar as práticas pedagógicas da Fundação Pestalozzi por meio de sua organização e estratégia metodológica, compreendendo os mesmos como um construto histórico-social que necessita ser compreendido à luz de um tempo e lugar. Assim ressalto o pioneirismo da Fundação Pestalozzi em incentivar a educabilidade e na integração da criança com deficiência intelectual, rompendo com o paradigma da exclusão.

Destaco neste trabalho a leitura Bakhtiniana que compreende o discurso como constituído das interações sócio-históricas e formado por redes de significados oriundos de diversas ordens, sendo os discursos interrelacionados ao sujeito que fala. Bakhtin é um autor ainda pouco explorado nos eixos história da educação, história da infância e história das instituições, porém que traz grande contribuição para uma análise discursiva contextualizada e dialógica, sendo um caminho teórico-metodológico consistente e inovador para pesquisas com estas temáticas. Busca-se, portanto, contribuir com a comunidade científica a fim de iniciar maiores aproximações e romper trincheiras epistemológicas.

Referências

AHMAD, Laila Azize Souto. Um breve Histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil **P@rtes** (São Paulo).p.eletrônica. Junho de 2009. Disponível em:<www.partes.com.br/educacao/historicoinfanzia.asp>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A rede de significações na constituição do sujeito para Bakhtin. In: VIEIRA JUNIOR, Otaviano; OLIVEIRA, Damião; ABREU, Waldir

(orgs.). dossiê filosofia da educação. **Rev. Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa UFPA**, v.2, n.3, 2005.p. 199-212.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**, Tradução: Dora Flaksman Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BORGES, Inez Augusto. **Johan Heinrich Pestalozzi e suas contribuições para a reflexão sobre a educação cristã [s/d]**. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Inez_Augusto_Borges_II.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade anormal. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 163-186.

DAVIS, L. J. A construção da normalidade: a curva do sino, o romance e a invenção do corpo incapacitado no século XIX. Trad. José Anchieta de Oliveira Bentes. In: DAVIS, L. J. (Ed.). **The disability Studies Reader**. 2nd ed. New York: Routledge, 2006, p. 3-16. [texto digitalizado]

FERRARI, Marcio. **Johann Heinrich Pestalozzi**. 2011. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/pestalozzi-307416.shtml>. Acesso 14 jan. 2015.

FOLHA DO NORTE. **CENTRO ÚTIL DE FORMAÇÃO A SOC. PESTALOZZI DO BRASIL**. 1954. Encontrado em: CENTUR- setor micofilmados. Acesso: jun. 2014.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve História Da Deficiência Intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, 10, Julio, 2013, p. 101-116.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6. ed.São Paulo Cortez, 2011.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: São Paulo, 2007. p. 165-173.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial- a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. **Rev. Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 91, p. 405-417, Maio/Ago. 2005, p. 407-417.

PORTAL, Leda Lísia Franciosi. Espiritualidade: uma dimensão essencial na experiência significativa da vida. In: TEIXEIRA, Evilasio Francisco; Muller, Marisia Campio; SILVA, Juliana Dors. (orgs.). **Espiritualidade e qualidade de vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 68-78.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia e conceitos e legislação vigente. In: RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; MARANHE, Elisandra André. **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

SANFELICE, J.L. História das Instituições escolares. In.: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). **Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 75-93.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Brasileira de História e Ciências Sociais**. V.1, n.1, 2009. p. 1-15.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da Educação brasileira**. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-artigo_1_internatos_asilos_e_instituicoes_alessandra_f_m_de_schueler.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

VICTOR, Sônia Lopes. A Criança com deficiência: um Estudo Sobre Infância, Cultura, Inclusão E Subjetividade. **XVI ENDIPE** - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. p. 25-32.